



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

O GOVERNO BOLSONARO E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE:

a “preservação sexual” como política pública

SABRINA PEREIRA PAIVA ¹

Resumo:

A investigação analisa as políticas relativas à educação em sexualidade do governo Bolsonaro. Incorpora produções nacionais a respeito do tema, publicadas no decorrer da referida gestão federal, e documentos públicos, extraídos de organizações governamentais e não governamentais. Toma-se a “preservação sexual” como panaceia para alta taxa de gestação na adolescência, fundamentando-se em uma perspectiva ultra(neo)liberal, familista, teocrática e conservadora. Esta política tenta apagar o debate sobre os inúmeros aspectos que envolvem a governança reprodutiva, desconsiderando as hierarquias e violências de várias ordens (entre os gêneros, raciais, classe, de identidades sexuais) que atravessam as vidas de jovens e adolescentes brasileiros.

Palavras-chave: educação sexual; abstinência sexual; direitos sexuais e reprodutivos; sexualidade; governo Bolsonaro.

Abstract:

The investigation analyzes the policies related to sexuality education of the Bolsonaro government. It incorporates national productions on the subject, published during this federal administration, and public documents, extracted from governmental and non-governmental organizations. “Sexual preservation” is taken as a panacea for a high rate of teenage

1 [Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Juiz De Fora](#)

pregnancy, based on an ultra(neo)liberal, familist, theocratic and conservative perspective. This policy tries to silence the debate about the numerous aspects that involve reproductive governance, disregarding the hierarchies and violence of various orders (between genders, racial, class, sexual identities) that cross the lives of Brazilian youth and adolescents.

Keywords: sex education; sexual abstinence; sexual and reproductive rights; sexuality; Bolsonaro government.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as ações do governo Bolsonaro no campo das políticas sexuais, com o foco na pauta da educação em sexualidade para adolescentes/jovens, dando lugar à ideia bastante difundida, inclusive nos documentos e políticas públicas, de que adolescentes e jovens estão expostos à sexualização “precoce” e, por isso, a maiores riscos em relação às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidezes indesejadas. Trata-se de um recorte proveniente de uma investigação mais ampla que analisa o debate nacional contemporâneo a respeito da educação em sexualidade, voltada para adolescentes e jovens no âmbito das políticas públicas brasileiras.

A educação em sexualidade no Brasil tem se construído, historicamente, como um campo regido por permanentes disputas, articuladas por setores sociais distintos, os quais se organizaram em torno de suas demandas ao longo do século XX. Percebe-se que a partir da redemocratização (anos 1980), este tema voltou a ganhar centralidade em contendas públicas, especialmente pelo debate do pluralismo e da democracia. O contexto possibilitou construções coletivas/participativas das políticas públicas e o crescimento e/ou surgimento dos movimentos sociais ligados ao debate feminista e à diversidade sexual e de gênero, bem como dos movimentos identificados com a luta antirracista.

Durante os anos 2000, percebemos que os movimentos sociais ampliaram seus espaços na agenda pública em pleitos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, conquistaram avanços em marcos regulatórios, diretrizes e políticas públicas, postulando a importância e a transversalidade do debate de gênero e sexualidade no âmbito das mesmas (LEITE, 2019; CARVALHO, SIVORI, 2017). Carrara (2015) observa esse movimento de

disputas e lutas por direitos civis e proteção social empreendidas pelos ativismos LGBTQIA+ e os diversos feminismos, bem como sua progressiva incorporação pelos Estados Nacionais, como momentos privilegiados para compreensão de um processo mais amplo de transformação do “dispositivo de sexualidade”, concepção formulada por M. Foucault (1976), permitindo o engedramento de um novo regime de sexualidade. Este parece ter começado a se organizar nos finais do século XX em torno da noção de direitos sexuais e de sua incorporação ao campo dos direitos humanos.

Carrara (2015, p. 326), naquele momento, sustentou o argumento de que seria possível concebermos a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais em uma linguagem socio-jurídica, em torno da ideia de consentimento e de condições individuais para a liberdade do consentimento. Mas, como ele mesmo chama atenção, esses regimes foram formulados como tipos ideais, contendo oposições sobretudo heurísticas, observando sua convivência tensa na cena social contemporânea.

Durantes os governos petistas, destaca-se a incorporação às políticas públicas das pautas colocadas pelos movimentos feministas, antiracistas e LGBTQIA+. Entre elas, podemos citar: a criação do Programa Brasil sem Homofobia (2004); o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (MEC/2006); a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009); o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009); Projeto “Escola sem homofobia” (2010) e a implantação do Conselho Nacional LGBT (2010) (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012; IRINEU, 2014; VIGANO, LAFFIN, 2019).

Entretanto, já em 2010, percebemos a ampliação da visibilidade e a afirmação pública das narrativas conservadoras em torno das pautas trazidas pelos movimentos sociais em ascensão, que articularam o que foi compreendido como a instalação de um “pânico moral”² em torno da sexualidade juvenil, fundado na ideia de que o Estado estaria agindo em prol do desvirtuamento das crianças e das famílias brasileiras. Conforme apontam Sales e Mariano (2019, p. 17), o crescimento das demandas e articulações

2 Stanley Cohen (1987, p. 9) define o pânico moral como “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que ameaçam os valores morais da sociedade e seus interesses”. Sua natureza é, em geral, apresentada de forma estilizada e estereotípica pelos meios de comunicação, o que pode levar ao fortalecimento de certos tipos de barricadas morais.

políticas dos movimentos LGBTQIA+ aguçou a sanha das bancadas evangélica e católica conservadoras, que se articularam com a ala da direita neoliberal, passando a se engajar cada vez mais, como oponentes, nos debates sobre políticas e programas ligados aos tratados de Direitos Humanos, durante os anos 2000. Neste contexto, o campo educacional tem sido particularmente afetado e as crianças e adolescentes passam a ser tratados como propriedade privada das famílias, aliados dos direitos de cidadania.

Como corolário da ampliação da expressividade política dos grupos conservadores religiosos e de suas articulações com a direita neoliberal, ocorreu também a retirada dos termos e do debate de gênero e diversidade sexual dos currículos escolares no Plano Nacional de Educação, o que implicou em evidente retrocesso para o campo dos direitos humanos e em desproteção de parcela significativa de jovens e crianças que vivem em contextos que os expõem mais às violações de seus direitos sexuais e reprodutivos, como temos assistido na mídia e constatado pelas estatísticas quanto aos casos de estupros e abusos sexuais com crianças e adolescentes, em especial as jovens pobres e negras (VIGANO, LAFFIN, 2019; ZAN, KRAWCZYK, 2019; UNICEF, FBSP, 2021).

Importante salientar que as narrativas e ações daqueles que se opõem à perspectiva dos direitos humanos, à defesa do pluralismo e das diversidades sexuais e de gênero, foram se tornando mais visíveis e multifacetadas em termos de estratégias articuladas às políticas públicas, não somente no Brasil, mas em vários países ao redor do mundo (PATERNOTTE, KUHAR, 2018). Entre nós, tais grupos sociais obtiveram maior destaque com a gestão governamental de Jair Bolsonaro (2019-2022), tendo a ministra Damares Alves à frente do denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

A despeito de uma agenda política pautada na defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (CORRÊA E PETCHESKY, 1996), que ecoa em outros países latino-americanos³ a inflexão promovida pelo MMFDH na gestão pública alia a retórica antigênero (PATERNOTTE E KUHAR, 2018; JUNQUEIRA, 2017)⁴ às iniciativas pró-vida (contrárias ao aborto), elegendo a família cisheteronormativa como o lócus do amor matrimonial e filial.

3 Não podemos nos esquecer que o aborto foi descriminalizado recentemente no México (2021), na Colômbia (2022), e no Chile há a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, que poderá rever a legislação sobre o tema naquele país.

4 Diversos trabalhos vêm abordando a ofensiva conservadora antigênero no contexto internacional e local, a qual pressupõe uma aliança entre grupos religiosos católicos e evangélicos, com intuito de restauração de valores tradicionais, ao recusarem a diversidade sexual e de gênero. Tais movimentos são também articulados às pautas políticas e econômicas da extrema direita.

O apagamento das desigualdades de classe, de raça/etnia, de gênero, de geração, de orientação sexual é o resultado evidente desta ação governamental centrada na família, que silencia sobre as múltiplas violências sofridas pelas mesmas, sobre os conflitos existentes entre seus integrantes, cuja incumbência seria “educar” crianças e adolescentes para o encontro futuro de um suposto “amor matrimonial”. A retórica bíblica da castidade feminina está na base do regime moral que fundamenta as iniciativas que buscam coibir o “risco sexual precoce”, centrando nas mulheres (meninas e mães) a responsabilidade pelo “desgoverno da carne” que traria a reprodução “precoce”.

Em documento recente sobre o estado da população mundial, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022) destacou a necessidade de dar “visibilidade ao invisível”, tratando-se da crise da falta de atenção mundial às gestações não intencionais e suas causas e consequências sociais. A investigação que abarcou 96% da população adolescente mundial concluiu que no conjunto dos países em desenvolvimento um terço das mulheres jovens de 20 a 24 anos havia gestado na adolescência, sendo que praticamente a metade tinha até 17 anos. De acordo com o documento, o desenvolvimento social e econômico, maiores índices de igualdade de gênero, políticas que contemplem um incremento de acesso legal ao aborto seguro e a oferta de educação sexual integral refletem diretamente em reduções das taxas de gestações não intencionais (UNFPA, 2022).

No Brasil, de acordo com dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (DATASUS), desde 2019, o número de mães com idades entre 10 e 19 anos diminuiu, em média, 18%. Em comparação a 2010, a redução foi de 31%. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), o Brasil tem uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da América Latina e, mesmo que tenha decrescido nos últimos anos, ainda eram 68,4 nascidos vivos a cada mil meninas de 15 a 19 anos, em 2016.

A gestão governamental de J. Bolsonaro defende a ideia de abstinência (ou adiamento da vida sexual) como panaceia para a questão da “alta” incidência de gravidez na adolescência e como alternativa a ser destacada no contexto das ações educativas em sexualidade. Assim, o objetivo do artigo é problematizar e desvelar algumas das estratégias governamentais implementadas nos últimos anos no Brasil no campo dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens/adolescentes, articulando-as às pautas engendradas pelos setores conservadores e religiosos que permeiam o governo do presidente Jair Bolsonaro.

DESENVOLVIMENTO:

Percurso teórico-metodológico:

A perspectiva analítica aqui privilegiada compreende que as experiências e representações relativas ao gênero e à sexualidade são, além de pessoais, antes de mais nada, sociais e políticas, e se constroem ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos. Envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções. Nesta perspectiva, não há nada exclusivamente 'natural', a começar pelo próprio corpo. Nossos corpos, os usos que fazemos deles, os sentidos atribuídos, só possuem sentido se remetidos aos contextos sociais em que estão inscritos. O registro dos gêneros – feminino, masculino, transgênero, não binário, etc – nos corpos é realizada, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, carregando suas próprias marcas. As possibilidades e exercícios da sexualidade também são, nesse sentido, socialmente estabelecidas e codificadas (GAGNON, SIMON, 1973; FOUCAULT, 1999; LOYOLA, 1999; WEEKS, 2007).

Os direitos sexuais e reprodutivos são dimensões de cidadania. Esses direitos devem ser contextualizados em termos de poder e recursos: “[...] poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez, educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura” (CORRÊA e PETCHESKY, 1996, p.149). Nesse sentido, a população jovem, que representa um terço da população brasileira, tem suas decisões em relação à sexualidade e contracepção/reprodução permeadas por injunções estruturais e conjunturais, e por pressões e normas familiares/sociais, que muitas vezes implicam em desigualdades e violências diversas, práticas repressivas e punitivas, especialmente para as jovens moças, particularmente as negras e pobres.

Supomos uma articulação estreita entre os temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos dos/as jovens e os processos sociais que configuram a juventude como uma fase de vida na contemporaneidade, articulando as dimensões de classe, raça/etnia como fundamentais para o entendimento dos sujeitos e suas vivências. Pensar interseccionalmente essas dimensões, possibilita-nos pensar a sexualidade como mediadora das relações sociais entre os jovens e, ao mesmo tempo, como constitutiva e constituinte da identidade social, racial e de gênero de cada um deles nessa fase da vida.

Neste artigo, considero documentos extraídos de fontes públicas governamentais e não governamentais, com materiais escritos e audiovisuais, os quais tratam do tema da educação sexual, abstinência sexual e outras matérias relacionadas durante este período. Dos documentos incluídos, há aqueles do tipo jornalístico, políticas públicas e materiais relacionados. Foram selecionados alguns documentos orientadores de políticas públicas intersetoriais: - “Plano Nacional de Prevenção Primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência” (BRASIL, 2022a); o “Guia de Autocuidado e Prevenção ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência”(BRASIL, 2022b); - “Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares - PeNSE- 2009-2019 (IBGE, 2022)”.

Foram tomados como documentos centrais dessa análise aqueles de origem governamental, sendo que a leitura dos mesmos foi orientada por questões norteadoras, tais como: 1. Qual a concepção de educação em sexualidade que se apresenta nestes documentos?; 2. Quem pode falar sobre sexo/sexualidade, com quem e sob quais circunstâncias?; 3. O que se entende como “risco sexual precoce” e “sexualização precoce” e “preservação sexual”?; 4. Como se apresenta o papel do Estado, da família e da sociedade no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens e quanto à gravidez na adolescência?

Partindo da premissa da análise de discurso de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2007), cabe pensar sobre os modos de ação e os discursos utilizados pelos diferentes grupos no interior do Estado, em suas lutas pelo poder/saber, pelo domínio do discurso e das ações, nos campos econômico, político, cultural e social, ou seja, como manejam sua ideologia no sentido de influenciar as políticas públicas. No caso da educação em sexualidade, conforme argumenta Louro (2007), trata-se de um campo de disputas discursivas e práticas entre grupos sociais que possuem severos conflitos ideopolíticos, os quais se encontram exacerbados e entrincheirados no contexto atual.

A gravidez na adolescência em questão: a “preservação sexual” como política pública do governo Bolsonaro

No momento imediatamente anterior à chegada da pandemia de COVID-19 ao país, em fevereiro de 2020, o MMFDH e o MS lançaram a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”. A ministra Damares, durante a abertura da

Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, utiliza o argumento de que é preciso reduzir os índices de gravidez “precoce” e de que houve um longo período preparatório e de conversas com especialistas, pais e adolescentes. De acordo com a mesma, “sua pasta foi corajosa ao propor a política de retardar o início da vida sexual no rol de métodos preventivos disponíveis”⁵.

Em entrevista exclusiva ao jornal curitibano Gazeta do Povo, em fevereiro de 2020, a referida ministra defendeu seu projeto da abstinência sexual ou o que ela chamou de “retardar o início da vida sexual”. Em seus próprios termos:

“(…) Vamos falar com os jovens sobre essa opção de adiar o início da relação sexual. A gente está trazendo para esse debate os números. Outros países já fizeram isso. Fizemos um seminário na câmara dos deputados, e trouxemos a gestora pública dos Estados Unidos que aplica essa técnica, ela mostra em números... o número de gravidez diminuiu muito. Vamos falar com os adolescentes sobre isso. A gente tem usado uma técnica, queria sugerir que os professores utilizassem. Peguem uma fita adesiva e faça uma dinâmica com os jovens. Façam uma roda, vai passando a fita adesiva, colando e tirando do braço dos adolescentes... colando e tirando, daqui a pouco, lá pela quinta vez a fita adesiva não cola mais ...Assim é nossa alma... fica- larga, fica- larga... tem uma hora que a menina não cola com ninguém... sua alma não cola com ninguém (...). A gente quer trazer o método mais eficaz para não engravidar, que é não fazer sexo”⁶ (Trecho de entrevista de Damares Alves à Gazeta do Povo, fevereiro de 2020⁷).

A perspectiva apresentada pela ministra alimenta o “pânico moral” existente em torno da sexualidade juvenil, com uma versão pejorativa da sexualidade adolescente, como signo de descontrole, de irresponsabilidade, de deterioração da família. A personalidade americana referida nesta entrevista é Mary Anne Mosack, presidente da Ascend⁸, uma organização social que desenvolve programas interventivos na área denominada “riscos” sexuais. É preciso dizer que tal iniciativa possui caráter religioso, não se baseia em evidências científicas para ser utilizada como política pública. Pelo contrário, conforme salientado por Cabral e Brandão (2020), pesquisadores de áreas disciplinares diversas, através da realização de revisões sistemáticas sobre o tema, têm salientado que a estratégia de abstinência sexual não é recomendada como modelo de política de prevenção à gravidez adolescente. As revisões realizadas, sobretudo no contexto norteamericano,

5 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>.

6 Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKQh995n3dY&t=1581s>.

7 Transcrição realizada pela autora.

8 Disponível em: <https://weascend.org/about-us/>, acessado em 16 de fevereiro de 2021.

apontam que um dos efeitos dessa política é um certo atraso do início da vida sexual (média de dois anos), mas em compensação, maiores chances de que não haja o uso de métodos contraceptivos ao iniciar o exercício da sexualidade.

A ideia apresentada nesta entrevista a respeito do encontro de “almas gêmeas”, implica uma busca de amor romantizado, idealizado, descontextualizado da vida real das/os adolescentes e jovens brasileiras/os. A experiência sexual das meninas jovens com diferentes parceiros/as, apresentado através da metáfora da fita que cola e descola, é considerada perigosa, desvirtuadora e vista como impedimento para o encontro de “almas gêmeas”. Essa perspectiva enxerga a vivência do sexo e suas experimentações como falhas morais, o que está no centro da tradição moral cristã, ou seja, uma desconfiança muito aguda com os prazeres sexuais, já que eles manteriam o espírito prisioneiro do corpo (FLANDRIN, 1987, p. 35). Além disso, desconsidera que as relações sexuais são permeadas por relações hierárquicas entre os gêneros, por relações de opressão e exploração sexual que atravessam as vidas de meninas e meninos, jovens e adolescentes. Realidades que se apresentam de formas mais duras à medida que nos aproximamos mais da vida das meninas e jovens pobres e negras no Brasil.

E, em 2022, coroando sua proposta de política sexual para juventude, foi lançado o “Plano Nacional de Prevenção Primária ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência” (BRASIL, 2022a) e o “Guia de Autocuidado e Prevenção ao risco sexual precoce e gravidez na adolescência” (BRASIL, 2022b). O Plano Nacional de Prevenção Primária ao Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência é apresentado como uma política pública, elaborada pelos MMFDH, MS, MEC e Ministério da Cidadania visando fomentar as ações e estratégias de adiamento da entrada na vida sexual. A sexualidade é apresentada, neste Plano, de forma essencializada como um aspecto “inerente ao ser humano, indissociável do processo de desenvolvimento e que não diz respeito somente à saúde, mas à integralidade do ser” (BRASIL, 2022a, p. 3). Logo na apresentação, após a definição de sexualidade, o documento ressalta os prejuízos causados ao desenvolvimento “integral” (físico, emocional, psicológico e social) dos/as jovens, os quais são provocados pelo que é compreendido como “início prematuro da vida sexual”, que causa danos como: aumento dos riscos de IST e de gravidez não planejada, além de poder desencadear “patologias psicológicas, emocionais e sociais” (BRASIL, 2022a, p. 4).

Neste sentido, a proposta deste documento é o enfrentamento tanto, e

principalmente, do que é compreendido como “sexualização precoce” quanto da “gravidez na adolescência”, partindo de ações intersetoriais, multidisciplinares que visam promover orientação às crianças, adolescentes, famílias e sociedade a respeito deste tema. Chama atenção o fato de que não se define de forma clara em nenhum momento o que se compreende como “sexualização precoce”.

Na justificativa desta política pública observa-se que a conjuntura sociocultural do país expõe de forma “precoce” crianças e jovens a comportamentos “sexualizantes”, o que teria como corolário o estímulo “premature” à sexualização. Em pronunciamento a respeito do Plano, em 1º de fevereiro de 2022, a ministra observa que esta política pública está “indo à raiz do problema” que, segundo ela, é a “erotização precoce”, e endereça à família (cisheteronormativa) sua crítica sobre o uso do aplicativo Tik Tok⁹ pelas crianças: “Não vem papai e mamãe jogar no colo do Ministério (MS): - Resolva, minha filha engravidou. Depois que papai e mamãe deixou sua filha com 8 anos vender seu corpo”¹⁰.

No referido documento, a “educação abrangente em sexualidade” deve possibilitar o acesso ao conhecimento sobre as “múltiplas dimensões da sexualidade humana”, de modo a abordar as consequências da sexualização precoce e os benefícios da preservação sexual (BRASIL, 2022a). Não se fala em outros métodos contraceptivos, em uso da camisinha para proteção contra IST, em pluralismo e respeito à diversidade sexual e de gênero, sendo que o discurso científico biomédico e dos direitos humanos é acionado de forma falaciosa, contribuindo para a manutenção do ‘pânico moral’ em relação à sexualidade juvenil, e para a privatização econômica e moral da educação em sexualidade das crianças e jovens no país (DE FRANCO, MARANHÃO FILHO, 2021).

É válido ressaltar que esta iniciativa governamental gerou crítica em múltiplos setores sociais, inclusive entre grupos religiosos. Em matéria publicada no “Brasil de Fato”, em fevereiro de 2020, o pastor evangélico da Igreja de Deus, Alexandre Gonçalves, discorda do modelo político proposto e afirma que o fundamento da iniciativa de Damares Alves é a “ideia de que a cultura cristã tem que ser imposta”, prática conhecida como “teologia do domínio”. Nesta mesma reportagem foram apresentados argumentos e visões contrárias de intelectuais e professores do campo da saúde pública/coletiva e da própria medicina,

9 Refere-se a um aplicativo de mídia, para criar e compartilhar vídeos curtos, pode ser usado também para se divertir, e conhecer pessoas novas.

10 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m9BnZ5EFx7M&ab_channel=Caf%C3%A9Filos%C3%B3ficoCPFL

baseando-se na necessidade de ampliar investimentos e estratégias em torno da educação em sexualidade para essa população, garantindo o debate do pluralismo, a assistência integral e a ampla disponibilidade de métodos anticoncepcionais nos serviços de saúde pública, visando, entre outras coisas, a prevenção da gestação na adolescência¹¹.

Entre os 11 princípios que fundamentam o Plano não há menção ao pluralismo, ao respeito às diversidades, entre elas a de gênero e sexual, aparecendo somente o artigo constitucional da igualdade e não discriminação. A palavra gênero não é citada neste documento, a não ser quando aparece ligada à apresentação das diretrizes de programas e políticas de outros países da América Latina. Entre os princípios, vale destacar também a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem das pessoas e a responsabilidade parental e prevalência da família (BRASIL, 2022a, p. 10).

O único momento em que aparece a definição de “precoce” no texto é em seu marco conceitual (BRASIL, 2022a, p. 23) e de forma evasiva, tal como: “idade ou condição em que a criança ou o adolescente não tem ainda elementos físicos e psíquicos para compreender adequadamente os estímulos recebidos”. Sendo o “risco sexual precoce” compreendido como “exposição de crianças e adolescentes a estímulos e/ou comportamentos sexualizantes que podem acarretar danos à saúde, ao bem-estar e ao desenvolvimento pleno do indivíduo” (BRASIL, 2022a, p. 23).

A “educação sexual abrangente”, apresentada em termos práticos em suas diretrizes, prevê o ensino de:

habilidades socioemocionais, como autonomia, empatia e criticidade, habilidades interpessoais, atividades desportivas e de comunicação, medidas de autocuidado e autoproteção, e ajudar os adolescentes na exploração e na construção de seus próprios objetivos e projetos de vida, com apoio da família, sempre que possível (BRASIL, 2022a, p. 27).

Em seu trabalho etnográfico sobre o movimento “Eu escolhi esperar”, Terassi Hortelan (2018, 2020) nos mostra como a aspiração da felicidade no casamento está entrelaçada ao ideário do amor romântico e de uma gramática de gênero que reifica os papéis tradicionais da família patriarcal, suprimindo o sexo antes do casamento como solução para alcançar uma relação (cis)heterossexual saudável, monogâmica e indissolúvel. Como a autora expressa: “por meio de tecnologias de si, as quais visam o autogoverno ‘da

11 Título: “Damares Alves tenta impor doutrina em campanha por abstinência sexual”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/08/damares-alves-tenta-impor-doutrina-em-campanha-por-abstinencia-sexual>. Publicada em 08 de fevereiro de 2020.

carne': príncipe e princesa são, dessa forma, indivíduos aptos a se autogovernarem em prol de seus projetos de realização amorosa" (2018, p. 273). Promovendo valores como a "pureza sexual" e a "saúde emocional", uma pedagogia afetiva é acionada para fazer da atitude de espera (abstinência sexual pré-conjugal) uma escolha pela "verdadeira liberdade" (Terassi Hortelan, 2020).

Como se pode perceber este Plano não é uma estratégia política isolada do governo J. Bolsonaro, muito ao contrário, faz parte de um conjunto de políticas articuladas que busca anular a construção de um modelo de educação em sexualidade que possibilite às crianças e jovens o convívio e o reconhecimento da diversidade sexual, de gênero, da desigualdade racial e das implicações e responsabilizações relativas à vivência da sexualidade.

Em 2022, conforme previsto no Plano, também foi lançado o "Guia de Autocuidado: recomendações para prevenção do risco sexual precoce e da gravidez na Adolescência", produzido pelo MMFDH, MEC, MS e Secretaria Nacional de Assistência Social. Este Guia pode ser utilizado pelos adolescentes/jovens, em especial, mas também pelas famílias e profissionais inseridos nas políticas públicas. A noção principal trabalhada no material didático é a de autocuidado, apresentada aos adolescentes e jovens de forma abstrata, sem conexão com as desigualdades e diferentes realidades enfrentadas pelos mesmos em seus cotidianos, já que aborda o autocuidado como algo como "inerente ao ser humano", dizendo respeito à "integralidade do ser" (BRASIL, 2022b, p. 7). Apresenta vários níveis de autocuidado, como o físico, psicológico, emocional, social, espiritual, sempre pressupondo a noção binária dos sexos feminino e masculino, invisibilizando as diferentes identidades de gênero presentes na cena contemporânea.

Já a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE (2022) assinala que tem crescido o número de adolescentes que inicia de forma "prematuro" a vida sexual, especialmente as moças, denotando maiores riscos de gestação na adolescência e de infecções sexualmente transmissíveis (IST). Conforme está no documento: "a adolescência é a fase da vida de profundas mudanças físicas e psicológicas e a iniciação sexual precoce pode levar à gravidez não desejada e as IST" (IBGE, 2022, p. 136). Há uma clara preocupação sobre o que se compreende como "precocidade da iniciação sexual" e, ao mesmo tempo, um entendimento subliminar de que sexo precoce é igual a sexo na adolescência, considerando como dificultadores, para o controle de gestações e IST, as próprias mudanças físicas e psicológicas pelas quais a população nessa faixa etária passa.

Do mesmo modo, não se consideram as profundas desigualdades existentes entre os/as adolescentes brasileiros/as, no que se refere à raça/cor e classe social.

Outro dado relevante do documento se refere à queda do percentual de escolares que afirmam terem recebido informações na escola sobre prevenção de gravidez e IST e HIV, no período de 10 anos. Mesmo que as pessoas entrevistadas cite que tiveram algum tipo de educação sexual no contexto escolar (77,6% em 2019), ainda assim mais de 70% observa que houve lacunas no acesso às informações dadas nesse contexto (IBGE, 2022).

Enfim, os argumentos defendidos nos documentos e discursos governamentais consultados para esse estudo, ao articularem a linguagem dos direitos humanos com o discurso essencialista e binário a respeito da sexualidade e do gênero, foram capazes de enquadrar tais elementos discursivos para validação de suas posições ideológicas, identificadas com os grupos religiosos e conservadores. Essa estratégia é realizada ocultando-se e impedindo o debate sobre o pluralismo, sobre prazer sexual, diversidade de gênero e sexualidade, sobre desigualdades raciais e de classe social e de gênero. Ao invés disso, enfatiza-se, numa perspectiva comportamentalista e individualista, o autocuidado, a importância da família como lugar de segurança, e, acima de tudo, partindo da ideia de que é preciso salvar os/as adolescentes das “más” influências culturais, que levariam à sexualização e erotização precoces. Como não há uma definição precisa sobre o adjetivo precoce, pode-se entender precoce como toda sexualidade vivenciada no período da infância e adolescência (0-19 anos). Sendo assim, é importante destacar que o borramento das definições sobre os conceitos apresentados nas políticas públicas, além de seu casamento com o idealismo abstrato, faz parte do método utilizado para alcançar hegemonia discursiva no campo das políticas públicas brasileiras.

Conforme argumentam Moraes e colaboradores (2020, p. 813) a respeito do caráter familista das políticas sociais brasileiras, faz-se mister considerarmos as particularidades da nossa formação social, econômica, política e cultural, as quais ajudam a construir um conjunto de determinações que fortalecem a “cultura patriarcal, tradicionalista, preconceituosa que perpetuou características históricas na constituição de um certo modo de “ser família”. Além disso, também configurou certas expectativas no interior das instituições da sociedade e do Estado na relação com a mesma, materializando-se exatamente em políticas de caráter familista, privatista e conservador.

CONCLUSÃO

Retomando o argumento de Carrara (2015) sobre a ascensão de um novo regime de sexualidade, a partir do fim do século XX, faz muito sentido sua observação de que a “promiscuidade sexual” (que se opõe diretamente à “preservação sexual”), pode ser tomada como a “categoria ponte” entre as formulações da moral sexual cristã, anterior ao dispositivo de sexualidade descrito por Foucault (1976), e o novo regime secular de sexualidade (fundado nos direitos humanos), podendo aparecer como uma das figuras do descontrole de si. Nesse regime, a dimensão do prazer sexual é ocultada, sendo salientada as dimensões do comportamento de autocuidado, responsabilidade e prevenção aos comportamentos de risco, entre eles, a sexualização precoce e gravidez na adolescência. As inúmeras desigualdades existentes entre a população jovem são apagadas, trabalhando-se a noção de “ser humano” de forma descontextualizada, considerando-se diferenças, muitas vezes de forma essencializada e/ou biomedicalizada.

Conforme apontam inúmeros estudos, a política pública não possui o papel referido à economia dos prazeres sexuais e à sua preservação na adolescência, mas deve priorizar a educação em sexualidade, ou seja, o diálogo aberto sobre sexo com adolescentes, a existência de recursos e insumos para prevenção de gestação e de IST, informações qualificadas ofertadas por profissionais de saúde e educação, respeitando a heterogeneidade sociocultural, de gênero, sexual, econômica e política desse grupo populacional.

Dessa forma, compreende-se que é fundamental que as políticas públicas possam ofertar aos e às jovens muito além de informações sobre métodos de controle reprodutivo e de prevenção de IST, mas também e principalmente as habilidades relacionais e afetivas que auxiliarão na construção autônoma e consciente de suas sexualidades e identidades de gênero, entendidas aqui como dimensões fundamentais que permitem que eles e elas possam se reconhecer e articular seus interesses sexuais, e também a aprender a se antecipar e se preparar para os atos sexuais.

É fundamental que os profissionais envolvidos com o público adolescente e jovem sejam capazes de adotar uma abordagem dialógica e compreensiva de suas sexualidades, pautando temas que lhes são pertinentes, a partir da análise de suas relações sociais, respeitando a diversidade cultural, racial, sexual e de gênero, e também resguardando o direito desse público receber informações seguras sobre sexo, sexualidade e gênero. Defendemos que as questões de gênero e sexualidade devem fazer parte da sala de aula,

dos serviços de saúde e outros espaços em que estes assuntos surjam e sejam tematizados pelo/para o público adolescente/jovem. A ocultação dessas discussões só fortalece o preconceito, a discriminação, o avanço da gestação na adolescência, das violências sexuais, de IST e HIV/Aids.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção Primária do risco sexual precoce e gravidez na adolescência**. 2022a, 50 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/prevencao-a-gravidez-precoce/protege-brasil-plano-nacional-de-prevencao-primaria-do-risco-sexual-precoce-e-gravidez-na-adolescencia.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BRASIL. **Guia de autocuidado**: recomendações para prevenção do risco sexual precoce e gravidez na adolescência. 2022b, 26 p.

CABRAL, C. da S.; BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 8, e00029420, 2020.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo. **Mana** [online]. v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>>.

CARVALHO, M. C.; SIVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175017, 2017.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics**: the creation of the mods and the rockers. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

CORREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996.

DE FRANCO, C.; MARANHÃO FILHO, E. M. de A. Um estado “terrivelmente cristão” e privatizador: a opressão à educação em direitos humanos no Governo Bolsonaro. **Estudos Teológicos**, [S.l.], v. 60, n. 1, p. 134–155, 2021. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/ET/article/view/244>. Acesso em: 23 maio. 2022.

FLANDRIN, J. L. A vida sexual dos casados na sociedade antiga. In: ARIÉS, P.; BÉJIN, A. (Org.). **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. p. 135-152.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de Saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. UNICEF/FBSP, outubro de 2021, 56 p. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. **Estado de la población mundial 2022**. Visibilizar lo invisible: la necesidad de actuar para poner fin a la crisis desatendidas de los embarazos no intencionales. 2022, 160 p. Disponível em: <<https://argentina.unfpa.org/es/publications/visibilizar-lo-invisible-la-necesidad-de-actuar-para-poner-fin-la-crisis-desatendida--2>>. Acesso em: 06 abr. 2022.

GAGNON, J.; SIMON, W. **Sexual conduct: the social sources of human sexuality**. Chigaco: Aldine, 1973.

GAZETA DO POVO. Entrevista “Damares fala sobre polêmica de abstinência sexual e projetos de 2020”. **Gazeta do Povo**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKQh995n3dY&t=1581s>. Acesso em: 16 fev. 2020.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar** - Análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental - municípios das capitais - 2009-2019. Rio de Janeiro, 2022, 193 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101955.pdf>

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed.FURG, 2017, p. 25-52.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-142, 2019.

LOYOLA, M. A. A sexualidade como objeto de estudo das ciências humanas. In: HEILBORN, M. L. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 17-48.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para uma população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, 2012.

MORAES, P. M.; NUNES, R.; HORST, C. H. M.; MIOTO, R. C. T. Familismo e Política Social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, [S.l.], v. 24, n. 2, p. 802–818, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ORLANDI, E. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 295-311

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. "Ideologia de gênero" em movimento. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v.18, n.43, p.503-523, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 23 maio 2022.

SALES, L.; MARIANO, R. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. **Religião & Sociedade** [online], v. 39, n. 02, p. 9-27, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2editorial>>.

TERASSI HORTELAN, L. “Moderno à moda antiga”: discursos terapêuticos, concepções românticas e performances de gênero no movimento Eu escolhi esperar. **Debates do NER**, [S.l.], v. 2, n. 34, p. 251–277, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/89956>. Acesso em: 23 maio. 2022.

TERASSI HORTELAN, Luiza Vitória. “**Na contramão do mundo**”: gênero, amor e sexualidade no movimento evangélico Eu Escolhi Esperar. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.12, n.1, p. 209-222, 2019.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G.L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 2007.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2019.